



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
SETOR PERMANENTE DE LICITAÇÕES - SPL/DAD/ANP/DGP/PF

Assunto: **Decisão do Pedido de Impugnação**

Destino: **CLOG/DIREN E SEF/DEOP/CGDHO/DIREN-ANP/PF**

Processo: **08204.002493/2023-32**

Interessado: **SEF/DEOP/CGDHO/DIREN-ANP/PF**

1. ADMISSIBILIDADE

1.1 HOSPILAB HOSPITALAR EIRELI, inscrita no CNPJ Nº 31.531.928/0001-26, com sede na Av. dos Estudantes, Nº 2850, Sala A, CEP. 86.200-000, Ibiporã/PR, e-mail: licitacao.hospilabhospitalar@gmail.com, através de seu representante legal o Sr. Fernando Ferraz Arruda, com fundamento nos itens 13.1 do Edital nº 90002/2024, Sei nº 35469419, apresentou impugnação ao instrumento convocatório, por meio do e-mail institucional selic.diren.anp@pf.gov.br, no dia 11/06/2024, às 11h25min.

2. DA TEMPESTIVIDADE

2.1. aos termos do referido edital, pelas razões de fato e de direito abaixo aduzidas.

DA TEMPESTIVIDADE

O referido edital estabelece em seu item 13 que:

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelos seguintes meios: selic.diren.anp@pf.gov.br.

13.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame. Grifo nosso."

2.2. O Decreto Federal nº 10.024/2019 regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, para a aquisição de bens e a contratação de serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, e dispõe sobre o uso da dispensa eletrônica, no âmbito da administração pública federal:

Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, **até três dias úteis anteriores à data fixada** para abertura da sessão pública.

§ 1º A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado do data de recebimento da impugnação.

§ 2º A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

§ 3º Acolhida a impugnação contra o edital, será definida e publicada nova data para realização do certame.

2.3. O prazo para que se possa apresentar razões de impugnação é de até 03 (três) dias úteis anteriores à realização da sessão, marcada para o dia 20/06/2024, ou seja, até o dia 14/06/2024.

2.4. Desta forma, o pedido de impugnação ao edital da HOSPILAB HOSPITALAR EIRELI, inscrita no CNPJ Nº 31.531.928/0001-26 é **tempestivo**.

3. DA IMPUGNAÇÃO

3.1. Informo que a íntegra da peça está disponível no documento sei nº 35666716 e será disponibilizada no sítio eletrônico: <https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/licitacoes/2024/distrito-federal/pregao-eletronico/edital-e-anexos.zip/view> e transcrito para comprasnet.gov.br.

3.2. Resumidamente, o impugnante questiona a legalidade do Edital no tocante à:

I - Alega que o descritivo do item 51 (Desfibrilador Externo Automático - DEA) está DIRECIONADO, assim, necessitando de readequações. Após a análise minuciosa do departamento técnico da empresa, constatou-se que o descritivo do item 51 (Desfibrilador Externo Automático - DEA) está direcionado para o modelo LIFE 400 FUTURA da marca CMOS DRAKE, pois toda a especificação disposta no em sua totalidade apenas o modelo citado contemplará as exigências dispostas, tirando do certame a possibilidade de outros modelos participarem e atenderem ao edital. A descrição atual da concepção, de maneira flagrantemente incompatível com as leis de licitação, apresenta um erro evidente e exige, de forma imediata, a correção dessa previsão, eliminando qualquer direcionamento a uma marca específica e assegurando que atenda rigorosamente ao edital.

4. DA ANÁLISE DA PREGOEIRA E DO SETOR TÉCNICO

4.1. Inicialmente, há de se registrar que as condições fixadas no Edital e Termo de Referência foram estabelecidas com estrita observância das disposições legais contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e ao decreto nº 10.024/2019:

Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial:

I - conduzir a sessão pública;

II - receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos.

Parágrafo único. O pregoeiro poderá solicitar manifestação técnica da assessoria jurídica ou de outros setores do órgão ou da entidade, a fim de subsidiar sua decisão.

4.2. Considerando manifestação do Setor Técnico quanto a necessidade de ampliação do Plano de Segurança Interno de Atendimento Pré-Hospitalar, principalmente no tocante à emergência médica de parada cardiorrespiratória, a expansão da estrutura física da Academia Nacional de Polícia, como a criação da segunda academia de musculação, o segundo dojô, a instalação da cidade cenográfica, entre outros espaços físicos, conforme transcrito abaixo:

"Em resposta ao pedido de impugnação da empresa HOSPILAB HOSPITALAR EIRELI (35666716), este setor técnico recomenda o INDEFERIMENTO, pelos motivos expostos abaixo:

Considerando que durante os Cursos de Formação Profissional mais de mil pessoas circulam pelas dependências da Academia Nacional de Polícia.

Considerando que a Academia Nacional de Polícia conta com Desfibriladores Externos Automático (com a mesma descrição técnica do termo de referência do Edital nº 90002/2024 e seus anexos) espalhados por diversos locais e com equipe de policiais, servidores administrativos e vigilantes capacitados no uso desse aparelho.

Considerando a expansão da estrutura física da Academia Nacional de Polícia, como podemos citar, por exemplo, a criação da segunda academia de musculação, o segundo dojô, a instalação da cidade cenográfica, entre outros espaços físicos.

Considerando que referidos espaços são distantes dos pontos atuais em que há Desfibriladores Externos Automático, os quais possuem a mesma descrição técnica do termo de referência do Edital nº 90002/2024.

Torna-se imprescindível a ampliação do Plano de Segurança Interno de Atendimento Pré-Hospitalar, principalmente no tocante à emergência médica de parada cardiorrespiratória, nestes novos locais.

Visando ampliar e garantir maior segurança aos usuários desta casa de ensino, iniciamos um processo licitatório, no qual almejamos a compra dos mesmos aparelhos de modo a propiciar uma atuação mais eficiente e menos onerosa para a Administração Pública.

Conforme preconiza o artigo 37 da Constituição Federal de 1988, o administrador público deve observar diversos princípios, entre eles, o da Eficiência.

Levando-se em conta este princípio constitucional, este setor técnico recomendou ao setor de compras e licitações a compra do mesmo aparelho que há nas dependências da Academia Nacional de Polícia.

Caso se adote outra especificação técnica, será necessário o dispêndio de verbas públicas para a requalificação da equipe de policiais, servidores administrativos e vigilantes neste novo aparelho.

A título de exemplo, para se capacitar o efetivo descrito acima serão necessários três cursos de capacitação, que atualmente custam em torno de 33.000,00 reais cada um, ou seja, quase 100.000,00 reais.

Este valor a ser gasto desnecessariamente com a requalificação dos servidores é basicamente o valor que se pretende gastar com a compra de 10 (dez) Desfibriladores.

Outro ponto a se considera é que as pás dos desfibriladores são intercambiáveis no mesmo modelo, ou seja, caso se adote outra descrição não será possível utilizar as pás que já possuímos, gerando, por consequência a necessidade de se comprar mais pás específicas para este outro aparelho. A intercambialidade das peças é fundamental para o bom uso dos recursos já existentes e gera economia de recursos públicos, tendo em vista que cada pá custa em média 2.000,00 reais.

Portanto, visando a ampliação do Plano de Segurança Interno de Atendimento Pré-Hospitalar da forma menos onerosa para a Administração Pública, ou seja, sem o ônus de requalificação do efetivo, solicito o INDEFERIMENTO da impugnação da empresa HOSPILAB HOSPITALAR EIRELI, referente à descrição técnica dos Desfibriladores Externos Automático (DEA), constantes no Edital nº 90002/2024 e seus anexos."

4.3. Verifica-se que o pedido de impugnação é tempestivo, porém que a área técnica não corrobora com as alegações do impugnante, quanto as especificações do item 51, conforme Despacho exarado no bojo do processo sob nº SEI (35670222).

4.4. De acordo com art. 41, inciso I, da Lei 14.133/21, consta a previsão, quanto à possibilidade de a Administração, ainda que de forma excepcional, indicar expressamente marca ou modelo do bem pretendido, desde que acompanhada da devida justificativa.

"Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:

I - indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses:

a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto;

b) em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração;

c) quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os únicos capazes de atender às necessidades do contratante;

d) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência;"

4.5. É importante considerar que a Administração Pública está vinculada aos princípios da eficiência e da economicidade. A Constituição da República de 1988 (CRF/1988) determinou como regra a obrigatoriedade do processo licitatório para toda administração pública, direta, indireta e fundacional nos termos do seu artigo 37, inciso XXI, visando alcançar a proposta mais vantajosa financeiramente e tecnicamente para os interesses da administração no âmbito de suas contratações. Nesse sentido, destacam-se os referidos princípios no que se refere às licitações e aos contratos formalizados pela administração pública. Isso porque tais princípios zelam, respectivamente, por aperfeiçoar a alocação dos recursos públicos nas contratações e por alcançar a alternativa mais vantajosa do ponto de vista econômico.

4.6. Dessa forma, considerando a manifestação expressa do Setor Técnico, verifica-se a não procedência dos requisitos da impugnação.

5. DA DECISÃO

5.1. Diante do exposto, recebo a impugnação interposta pela empresa HOSPILAB HOSPITALAR EIRELI, inscrita no CNPJ Nº 31.531.928/0001-26, especialmente pela manifestação da área técnica competente, a qual decido pela **não procedência** nos termos das razões acima expostas, em razão dos argumentos lançados nesta manifestação e republicação em outro pregão com o ajuste na especificação.

5.2. Dê ciência à Impugnante, após divulgue-se esta decisão junto ao site www.comprasnet.gov.br, bem como se procedam às demais formalidades de publicidade determinadas em lei.

SUMAYA S. T. DE SOUZA GUIMRÃES
Agente de Contratação
Chefe Substituta - SPL/DAD/ANP/DGP/PF

DESPACHO:

1. Ciente e de acordo com a decisão.

TARCÍSIO JOSÉ DA SILVA JÚNIOR
Agente de Polícia Federal
Coordenador de Administração e Logística
CLOG/DIREN-ANP/PF

DESPACHO:

1. Ciente e de acordo com decisão.

NELSON LEVY KNEIP DE FREITAS MACEDO
Delegado de Polícia Federal
Diretor de Ensino da Academia Nacional de Polícia- Substituto
DIREN-ANP/PF



Documento assinado eletronicamente por **SUMAYA SANDRA TORRES DE SOUZA GUIMARAES, Agente Administrativo(a)**, em 14/06/2024, às 13:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **TARCISIO JOSE DA SILVA JUNIOR, Gestor Financeiro**, em 14/06/2024, às 17:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **NELSON LEVY KNEIP DE FREITAS MACEDO, Diretor(a) - Substituto(a)**, em 17/06/2024, às 12:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=35711756&crc=6690456B.

Código verificador: **35711756** e Código CRC: **6690456B**.